

## **Gestão Pública**

O gestor público é o responsável por planejar, assessorar processos deliberativos, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas em organizações estatais e não-estatais, nacionais ou internacionais. Sua atuação é vista em todos os níveis - União, estados e municípios - em que há utilização de recursos empenhados para a produção de bens públicos.

### **O curso**

Com a ampliação das esferas de atuação e intervenção dos governos, com órgãos e funções especializadas, cresce a demanda por profissionais qualificados que entendam a estrutura do Estado, suas características políticas e seu papel como provedor de serviços públicos.

A criação do curso é fruto do fortalecimento das áreas de pesquisa e extensão do departamento de Ciência Política da Universidade, responsável por oferecer um curso de especialização em políticas públicas. A graduação em Gestão Pública visa formar um estudante com visão integrada e estratégica da administração, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências que estimulem o pensamento estratégico e a capacidade de interlocução e negociação com os vários agentes que atuam nas instituições.

O curso terá duração de quatro anos, será noturno e abrirá 60 vagas, com duas entradas por ano. A criação foi possível depois que a UFMG confirmou a adesão ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), programa do governo federal lançado no ano passado.

### **Formação acadêmica**

Como o objetivo do profissional é melhorar a eficiência da gestão pública, a formação passa por disciplinas relacionadas às ciências políticas, sociais, gerenciais, econômicas, exatas, da informação e antropologia, tais como:

- Esfera pública estatal e não-estatal, com ênfase nos processos de participação, representação e deliberação política;
- Estruturas, instituições e atores que organizam e exercem o poder político nas sociedades contemporâneas (movimentos sociais, Ministério Público, etc);
- Estudo do sistema político brasileiro;
- Finanças públicas e orçamento;
- Gestão e tecnologias da informação;
- Instituições públicas comparadas;
- Política, economia e sociedade;
- Planejamento e gestão de organizações públicas;
- Direito administrativo;
- Processos deliberativos, formas de controle e cauterização nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Parte da formação vai acontecer na modalidade a distância. A estrutura curricular exige, ainda, a inserção dos estudantes em estágios supervisionados, a fim de que conheçam as especificidades dos órgãos dos três poderes e das entidades da sociedade civil.

### **Laboratórios**

Os estudantes vão contar com vários espaços de estudo e pesquisa, salas de

produção de material didático, ambiente virtual de estudo on-line e laboratório de computadores.

### **Áreas de atuação**

Os profissionais podem assumir funções técnicas - de direção, liderança e coordenação - a fim de fomentar estratégias de participação política para estimular o controle público e otimizar a capacidade de atuação em:

- Órgãos públicos;
- Prefeituras;
- Secretarias;
- Coordenadorias;
- Câmaras de vereadores;
- Assembléias legislativas;
- Assessorias parlamentares;
- Organismos e instituições da sociedade civil organizada e do terceiro setor (ONGs, Oscips, etc.).

### **Vida de gestor público (Lauanda Ricaldoni, 30 anos)**

Formada em Administração Pública e pós-graduada em Gestão Pública, Lauanda Ricaldoni trabalha há nove anos no governo do Estado. Ela é responsável pela área de compras governamentais e processos de licitação. “Quando o governo precisa comprar alguma coisa, a gente precisa especificar detalhadamente no edital qual é o objeto, para que as empresas concorrentes possam fazer a proposta mais vantajosa para a administração. O objetivo é que o Estado não compre algo de má qualidade e adquira um preço mais em conta”, explica. Segundo ela, é importante que o gestor público domine o conhecimento em administração pública e também sobre as áreas do governo. “Quem vem de outras áreas, muitas vezes, não conhece detalhes sobre legislação e orçamento público, visto que todo nosso trabalho é feito no princípio da legalidade, das normas e leis vigentes”, conclui.